



ATA FINAL DE JULGAMENTO

Concurso Público Nacional de Arquitetura – Casa da Sustentabilidade de Campinas

Aos 04 dias do mês de fevereiro de 2016, às 10h00min, reuniram-se para dar início a avaliação dos trabalhos concorrentes e escolha dos três premiados do *Concurso Público Nacional de Arquitetura – Casa da Sustentabilidade de Campinas*, na Sede do IAB Campinas, à Avenida José Rocha Bonfim, 214 - Conjunto Praça Capital, edifício Milão, Sala 111, Campinas/SP, o coordenador do concurso arquiteto Alan Silva Cury e os membros da comissão julgadora do Concurso, arquitetos Cezar Capacle, João Batista Giacomello Siqueira,, João Manuel Verde dos Santos, Newton Massafumi Yamato e Rodrigo Mindlin Loeb.

Abrindo os trabalhos de julgamento, o coordenador do Concurso, Alan Cury, registrou que a coordenação do Concurso recebeu **237** (duzentas e trinta e sete) propostas enviadas dentre as **321** (trezentas e vinte e uma) inscrições homologadas.

Como preâmbulo, o coordenador do Concurso solicitou aos membros da comissão julgadora uma breve apresentação pessoal, seguida de suas impressões individuais acerca da pertinência e dos desafios inerentes ao objeto do Concurso.

Em seguida, relatou os procedimentos de recebimento, verificação e preparação das propostas inscritas, numeradas de **01 a 237**.

O coordenador então resumiu os termos do Edital, Regulamento, do Termo de Referência e do Programa de Necessidades do Concurso e respondeu às dúvidas e às observações dos membros da comissão julgadora. A seguir, perguntados se tinham todas as informações necessárias para o início dos trabalhos, os membros da comissão julgadora declararam-se informados e aptos para o desempenho da tarefa.



Na sequência, o coordenador abriu aos membros da comissão julgadora a discussão da metodologia de trabalho. Após breve deliberação, os membros concordaram com o procedimento descrito a seguir:

Avaliação das propostas concorrentes em **cinco fases**, assim previstas:

- **1ª fase:** avaliação preliminar, com tempo previsto de 32 (trinta e duas) horas de trabalho, distribuídas ao longo de doze dias, dedicadas ao conhecimento e à análise individual pelos membros da comissão julgadora das 237 (duzentas e trinta e sete) propostas concorrentes com a meta de tecer breve comentário e proposição de continuidade ou não de cada projeto no processo de avaliação.
- **2ª fase:** discussão, com 6 (seis) horas dedicadas à análise coletiva das 237 (duzentas e trinta e sete) propostas concorrentes, procedendo ao compartilhamento das avaliações individuais, a fim de selecionar por consenso um conjunto reduzido de propostas que seriam encaminhadas à fase seguinte de julgamento, já distribuídos entre finalistas e eventuais menções e destaques.
- **3ª fase:** dedicada à análise individual dos trabalhos remanescentes, ao longo de dez dias, de modo a subsidiar a discussão coletiva e a escolha dos premiados.
- **4ª fase:** dedicada à análise coletiva e ao debate acerca dos trabalhos remanescentes, decidindo-se por consenso a ordem de classificação das propostas finalistas e as menções honrosas e destaques.

Em qualquer fase, qualquer membro da comissão julgadora poderia rever seus votos e solicitar aos pares a reavaliação de qualquer proposta não selecionada.

Foi ainda estabelecida uma diretriz de que, dada a natureza do edital e seu caráter de incentivar o desenvolvimento e construção no Brasil de uma arquitetura alinhada as questões ambientais, de necessidade do estabelecimento de um paradigma transformado de como estabelecer uma convivência viável e durável no planeta, o júri deveria selecionar, preservadas as exigências e análises de cada um, um conjunto maior possível de projetos além dos 3 vencedores, com menções e potenciais destaques.

Tem por objetivo difundir e divulgar reflexões e expressões, e podem servir ao início da formulação e registro do momento em que nos encontramos do desenvolvimento desta



arquitetura que mantém em tensão, contraponto, sua origem cultural e ambiental e seu futuro, as inovações e novas tecnologias para produzir uma solução no presente que transforme e altere nossa trajetória de desgaste e degradação ambiental e humana, em momento de violência contínua.

Ainda no mesmo dia, o grupo realizou visita técnica ao Parque Portugal, para apreciação do terreno escolhido para o objeto deste concurso.

A **1ª fase** da avaliação iniciou-se em 05 de fevereiro de 2016, e foi levada ao longo dos onze dias seguintes de maneira individual por cada um dos membros da comissão julgadora.

Às 14h00min do dia 16 de fevereiro de 2016 deu-se início à **2ª fase** do julgamento, na Sede do IABsp, Rua Bento Freitas, 306 – Mezanino – São Paulo – SP, tendo sido avaliadas todas as 237 (duzentas e trinta e sete) propostas e encerrando-se às 21h30. Chegou-se a um grupo de 32 projetos encaminhados para a próxima fase, sendo estes previamente divididos em 07 finalistas, 08 eventuais menções honrosas e 17 eventuais destaques, todos eles dependentes de avaliação posterior.

Nos dez dias seguintes, os membros retomaram a avaliação individual dos projetos selecionados. Nesta **3ª fase**, todos os 32 projetos foram avaliados para cada um dos itens expostos no Termo de Referência do Concurso.

Às 15h00min do dia 26 de fevereiro de 2016 iniciou-se a **4ª Fase** do julgamento, novamente na Sede do IABsp, Rua Bento Freitas, 306 – Mezanino – São Paulo – SP, procedendo-se à reavaliação, de forma coletiva, das 32 propostas selecionadas na etapa anterior.

As 32 equipes que chegaram até a **4ª Fase** foram: 022, 030, 031, 037, 014, 045, 049, 053, 055, 059, 071, 079, 081, 082, 084, 089, 090, 091, 092, 095, 100, 114, 122, 129, 130, 131, 138, 157, 189, 204, 221 e 231.

Dentre os finalistas, a comissão dedicou-se à definição da ordem de classificação dos **03 (três) primeiros colocados**, com especial deliberação acerca do projeto vencedor. A reunião foi encerrada com a escolha de 15 (quinze) projetos, sendo os **03 vencedores, 05 menções honrosas e 07 destaques**. Os trabalhos encerraram-se às 19h30.

Segue o detalhamento da classificação, acompanhado pelas considerações do júri.



DESTAQUES

Esta categoria recebe os projetos que desenvolveram e apresentaram reflexões e respostas de maneira que mereçam destaque, mesmo tendo sido preteridos na última e penúltima rodadas de leitura e debate do júri. São projetos que no parecer do júri merecem ser divulgados juntamente com os demais, para promover o interesse pela pesquisa e busca de soluções alinhadas com os termos do edital. Nesta categoria, a comissão julgadora escolheu propostas inovadoras, provocativas e que promoveram o debate das questões levantadas pelo Termo de Referência, embora as soluções apresentadas ainda não fossem claras ou desenvolvidas quanto à sua viabilidade. Os destaques são apresentados em ordem numérica e não possuem ordem de classificação.

Projeto nº 49

A comissão julgadora considera esta proposta bem resolvida em termos espaciais, com especial destaque para a flexibilidade dos espaços propostos e a possibilidade de renovação das tecnologias empregadas.

Projeto nº 79

A comissão julgadora destaca a inteligente implantação em forma circular e a valorização da água como elemento norteador do projeto, bem como a interessante proposta de recomposição da vegetação do local.

Projeto nº 81

A comissão julgadora ressalta a enfoque na fluidez dos espaços e na integração com o entorno imediato. Também digna de nota a engenhosa solução para a demonstração da eficiência das soluções sustentáveis propostas.

Projeto nº 92

A comissão julgadora destaca a visibilidade garantida às soluções tecnológicas implementadas, em um partido arquitetônico de maneira geral bem resolvido, desenvolvido de maneira fluida e integradora.



Projeto nº 189

A comissão julgadora valoriza a intenção do traço - com um forte caráter simbólico - e a qualidade dos ambientes internos apresentados. O percurso para o edifício é valorizado pelo inventivo uso da água como elemento direcionador.

Projeto nº 204

A comissão julgadora destaca a integração mimética com o terreno, os agradáveis percursos e jogos formais e luminosos propostos. A partir de uma leitura bastante peculiar do tema, alcançou-se um resultado instigante e original.

Projeto nº 231

A comissão julgadora considera que o projeto apresenta soluções coerentes e equilibradas, com soluções construtivas racionais. Destaca-se a proposição convidativa da varanda, acolhendo os visitantes e promovendo uma perspicaz gradação exterior/interior.

MENÇÕES HONROSAS

As menções honrosas contemplam projetos que atingiram um alto nível de desenvolvimento e atendimento do Termo de Referência e que, embora não premiadas, devem ser apresentadas posteriormente aos 3 vencedores. As menções honrosas são apresentadas em ordem numérica e não possuem ordem de classificação.

Projeto nº 41

A comissão julgadora considera a solução em forma de pavilhão bem resolvida, em particular a flexibilidade do espaço de atividades integradas. A proposta de percurso na subcobertura é instigante e didática, e a praça de recebimento se mostra acolhedora aos visitantes do parque.

Projeto nº 84



A comissão julgadora reconhece a virtude do percurso didático proposto e a qualificação dos ambientes internos criados. As soluções sustentáveis permeiam todo o edifício e participam da concepção do partido arquitetônico. O pouso no terreno prima pelo baixo impacto e pelo diálogo com o entorno.

Projeto nº 100

A comissão julgadora considera que a leitura do espaço e dos principais eixos do parque se traduz na disposição natural das principais volumetrias da Casa. A materialidade da proposta acompanha as funções desempenhadas de maneira coesa e delicada, garantindo leveza ao conjunto.

Projeto nº 138

A comissão julgadora valoriza a solução singela e elegante da proposta. Com poucos elementos e um inteligente uso da topografia local, o projeto traduz as diretrizes do Termo de Referência em uma disposição leve e agradável. Especial atenção à solução da cobertura em duas águas, uma delas subdividida em guelras, em contraponto ao teto jardim do bloco que se mimetiza no terreno e organiza a setorização do programa.

Projeto nº 221

A comissão julgadora destaca a inteligente implantação da Casa no terreno, com uma proposta ousada de um novo acesso em rampa. A concepção do auditório reversível valoriza o entorno e o parque como um todo, e as soluções sustentáveis acompanham toda a elaboração do projeto.

3º PRÊMIO – Projeto nº 59

A comissão julgadora destaca a imponente implantação da proposta, em uma volumetria ao mesmo tempo instigante, convidativa e didática. A solução de acesso à cobertura ressalta a integração entre os espaços abertos e fechados, conduzindo o visitante pela exploração das tecnologias sustentáveis adotadas. As áreas de acesso livre estão generosamente dispostas



junto a espelhos d'água, em um acesso que se volta para o parque, traduzindo uma relação simbiótica com o entorno, ainda que garantindo destaque para a obra. Projeto de muita competência e propriedade nas análises ambientais e propostas de gestão de conforto e energia, integradas à concepção formal.

2º PRÊMIO – Projeto nº 131

A comissão julgadora destaca a concepção coesa e de caráter familiar, em uma proposta que considera e trabalha todo o terreno disponível com a mesma preocupação de propor soluções sustentáveis, aliado a soluções bioclimáticas bem empregadas que valorizam sua implantação no parque e na cidade. Estrutura delgada, com sistema em madeira dimensionado com propriedade e especial cuidado com o desempenho bioclimático. Elementos zenitais de iluminação e potencial ventilação naturais com expressão formal de personalidade, singulares mesmo que simples. Desenho da paisagem integrando o edifício ao parque com intenso, cuidadoso e preciso trabalho de desenho e definição de espécies vegetais e, espelhos d'água e sistemas integrados de gestão das águas. Sugestão de plantio de cultivos históricos locais. Implantação dos edifícios articulados nesta paisagem com adequação e baixo impacto. Projeto singular nas suas proposições e expressão gráfica, competentemente desenvolvido explorando os aspectos definidos no edital e contribuindo na formulação desta arquitetura alinhada com a sustentabilidade.

1º PRÊMIO – Projeto nº 55

A comissão julgadora considera que esta proposta resolve com excelência os principais desafios colocados pelo Concurso. A delicadeza e a elegância com que o edifício pousa sobre o terreno revela a postura de profundo respeito pelo entorno adotada no partido. A racionalidade construtiva e de organização espacial é legível em todos os seus elementos.

A distribuição do programa é generosa e democrática: todos os pontos do programa receberam a mesma atenção cuidadosa e tanto usuários ocasionais da Casa como seus funcionários fixos poderão desfrutar das amenidades que o prédio oferece. As soluções tecnológicas e bioclimáticas estão presentes em alta densidade por todo o projeto: no edifício e no seu entorno imediato, levando as tecnologias aos visitantes e trazendo os visitantes à tecnologia.



O projeto promoveu mesmo uma ampliação da discussão do que é uma construção sustentável. Para além de sua materialidade, o ideal de inclusão, de respeito, de fluidez e de contemplação se incorporam em uma solução coesa, simbólica sem ser monumental, marcante sem ser caricata. Uma edificação que se pretende sustentável desde o momento em que o primeiro traço pousou sobre o papel até o momento em que o primeiro cidadão adentrar e contemplar os seus espaços construídos.

Considerando a perspectiva de desenvolvimento do projeto executivo com vistas à construção desta proposta, o júri recomenda especial atenção à área de exposição proposta, de modo que sua materialidade translúcida e sua orientação solar não sejam empecilhos para o pleno funcionamento do local nos diversos usos para o qual ele foi concebido. Nesse sentido, a definição de tecnologias de vedação temporárias, móveis ou de outra maneira variáveis deverá ser considerada.

Aos responsáveis pela proposta vencedora, a comissão julgadora recomenda também que sejam levados em consideração os critérios exigidos pelas mais importantes certificações de sustentabilidade na construção civil, certificações estas que serviram de base para a elaboração do Termo de Referência e que poderão atestar que o concurso cumpriu o seu propósito inicial, qual seja, ser uma referência em construção sustentável.

Cabe ainda a recomendação de incorporação de outras tecnologias sustentáveis porventura não consideradas na proposta original e, para tanto, a própria absorção do saber acumulado advindo deste mesmo concurso é considerada, por esta comissão, como fonte riquíssima de inspiração.

A comissão julgadora encerra sua consideração ressaltando a singularidade desta proposta. Trata-se de um projeto que resgata a dimensão humana em seu papel original: não colocando o homem como elemento dominador, que dobra, molda e subjuga a natureza à sua vontade, mas como mais um elemento que se integra em harmonia com o ambiente em que está inserido - e isso, sim, é uma construção sustentável.

Por fim, a comissão julgadora cumprimenta todos os profissionais concorrentes, em especial os finalistas.



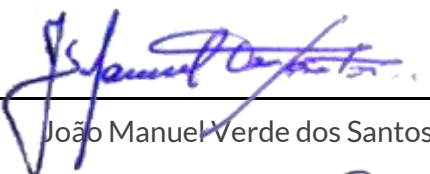
A comissão julgadora parabeniza o Município de Campinas pela promoção do Concurso e o IABsp por sua organização, possibilitando todas as condições de trabalho no julgamento do certame.

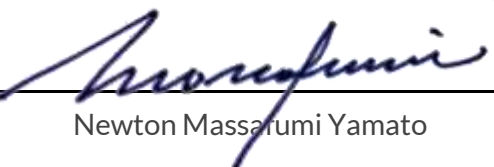
Campinas, 08 de março de 2016.

Comissão Julgadora


Cezar Capacle


João Batista Giacomello Siqueira


João Manuel Verde dos Santos


Newton Massarumi Yamato


Rodrigo Mindlin Loeb

Coordenador do Concurso


Alan Silva Cury